

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e suas representações sobre o mundo natural paulista (1894-1940)

Marcelo Lapuente Mahl*

Resumo: O processo de compreensão, expansão e domínio agrícola do interior paulista aparece como um tema recorrente nas páginas das revistas do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Fundada em 1894, a agremiação paulista foi, nas primeiras décadas do século XX, um valioso espaço de sociabilidade para as elites econômicas e intelectuais do estado. Nestas publicações a natureza foi retratada em sua relação com as forças que aos poucos transformavam o território, e o estudo da produção intelectual no Instituto permite uma compreensão das formas como parte significativa daqueles letrados entendiam as interações entre o homem e a natureza na virada do século XIX.

Palavra Chave: mundo natural; expansão econômica; defesa ambiental

Abstract: The process of comprehension, expansion and agricultural dominion of the interior of Sao Paulo state is a recurrent topic of magazines published by Instituto Histórico e Geográfico de Sao Paulo. Founded in 1894, the institution was a valuable space of sociability for the upper class and intellectuals of São Paulo in the first decades of the century. In these publications nature was shown in its relation with the efforts that slowly changed the territory, and the study of the intellectual production of the institute permits a comprehension of how part of them understood the interaction between man and nature at the turn of the 19th century.

Key words – natural world, economic expansion, environmental conservation.

O mundo natural, tomado no sentido comum que se costuma aferir a esta expressão, como sendo um conjunto de representações onde misturam-se animais e plantas em ambientes diversos, interagindo com os seres humanos e suas sociedades, sempre esteve presente na produção cultural em diversas temporalidades. Literatura, pintura e poesia são somente alguns exemplos de como as representações sobre o mundo natural são comuns; desde uma natureza que aprisiona e molda os traços nacionais – como na literatura do romantismo indianista brasileiro – até a pedra metafórica de João Cabral de Melo Neto, com sua filosofia límpida e concreta. Nas ciências humanas, a natureza também foi observada como objeto de atenção e estudo, em tempos e por autores diversos. O Mediterrâneo de Fernand Braudel e o Nordeste de Gilberto Freyre são dois exemplos dessa relação longa e fecunda entre a natureza, como objeto de reflexão, e as humanidades.

A virada do século XIX, em especial, é um período que oferece indícios bastante promissores para a compreensão das relações entre o homem e o meio ambiente, devido a

* Doutor (Unesp – Assis).

potencialização dos processos de expansão capitalista para as áreas ainda pouco exploradas do interior do Brasil. Mais especificamente no estado de São Paulo, à época beneficiado pelo desenvolvimento da economia cafeeira, consolidou-se a posse efetiva do território, resultado não somente do esforço de inúmeros migrantes e imigrantes que avançavam em busca de novas terras, mas também por meio da busca por conhecimentos técnicos e científicos que objetivavam o pleno domínio e a transformação do mundo natural.

Esse esforço pela compreensão e pela posse de novas áreas agrícolas foi discutido, pensado e re-elaborado nas páginas do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que na virada do século XIX constituía-se como um valioso espaço de sociabilidade para as elites econômicas e intelectuais do estado. Nele, a natureza foi tema recorrente, evidenciando a atenção especial dos agremiados ao processo de incremento econômico pelo qual o estado de São Paulo – e o Brasil – passavam. Homens de sua época, eles dialogavam ativamente com os paradigmas do final do XIX, como o darwinismo social e o cientificismo, evocando os sonhos modernizantes e modernizadores de uma sociedade em ampla transformação (FERREIRA, 2002; CAMPOS, 2009).

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo: diretrizes e sociabilidades

A fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 1894, seguiu os moldes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1839 e pioneiro dessas agremiações no Brasil. Como afirma Manoel Luís Salgado Guimarães, o IHGB tinha como objetivo construir, por meio das ciências (principalmente da História e da Geografia), fatos que consolidassem uma determinada visão sobre a cultura e a sociedade brasileira, tendo como centro a corte Imperial com sede no Rio de Janeiro (SALGADO, 1988). Desviando o olhar para São Paulo, o IHGSP tinha como meta também a construção de uma identidade nacional, porém destacando especialmente os feitos paulistas, projetando em um passado idealizado, e muitas vezes mítico, uma suposta liderança do estado de São Paulo em relação ao Brasil (LIPPI, 1990; SCHWARCZ, 1997). Já no texto de apresentação da 1ª Revista do Instituto, publicada no ano de 1895, percebe-se o apelo ao regionalismo ufanista que marcou grande parte da produção do Instituto, em suas primeiras décadas de existência: “A História de São Paulo é a própria história do Brasil” (RIHGSP, 1895).

A exaltação da história de S. Paulo é o centro dos trabalhos publicados nas revistas do IHGSP e os responsáveis por essa elaboração eram, em sua maioria, membros da elite paulista, que exerciam, em vários momentos, posições de liderança política e intelectual de

forma quase indissociável e indistinguível. Além disso, os intelectuais ligados ao Instituto tinham uma produção discursiva que permeava o campo da Literatura e da Ciência. Com estilos variados e muitas vezes de difícil classificação, os trabalhos publicados na revista durante os anos de 1894 e 1940 formam um grupo de textos ricos em ecletismo e variações espontâneas sobre as ciências da época, resultado da falta de formação acadêmica específica de grande parte dos intelectuais brasileiros do final do século XIX (FERREIRA, 2002).

A expansão econômica e o mundo natural

Esse grupo de letrados vinculados ao espaço de sociabilidade do IHGSP observou, de forma atenta, as transformações econômicas, políticas e sociais que ocorriam de forma vertiginosa tanto na capital quanto no interior do estado. Tais mudanças se mostravam em toda a sua plenitude no domínio e na formação das novas regiões agrícolas, entre o final do século XIX e os primeiros 50 anos do século XX, resultado da expansão crescente da economia brasileira.

Nas terras do interior paulista, a cafeicultura impulsionou as forças que abriram novos caminhos pelos assim chamados sertões, erigindo cidades, convertendo regiões até então desconhecidas em áreas de efervescência agrícola, além de sedimentar as condições necessárias para a diversificação produtiva dessas mesmas áreas pioneiras, principalmente a partir da década de 1920.

A expansão agrícola, nas primeiras décadas do século XX, foi um fenômeno bastante amplo, com o desenvolvimento em todo o país de atividades rurais, impulsionadas, entre outros fatores, pela crescente demanda internacional, que ocorreu a partir da Primeira Guerra Mundial, e também pelo aumento populacional brasileiro (FURTADO, 1963).

No contexto do desenvolvimento agrícola nacional, o estado de São Paulo se distinguiu. Fortalecido pelo poder econômico proveniente da cafeicultura, a economia paulista se destacava não somente pelo constante crescimento populacional, mas também pelo franco desenvolvimento industrial da capital, que exigia matérias primas em cada vez maior quantidade. Tais demandas ofereceram significativos estímulos à produção rural no interior paulista.

Essas novas demandas se traduziram em números bastante expressivos, demonstrando a força econômica das atividades agrárias do Estado. No final da década de 30, por exemplo, o estado de São Paulo possuía o segundo maior efetivo de gado bovino no Brasil, com

3.484,614 cabeças; a maior malha viária brasileira, que se estendia por 48.059 quilômetros; o maior número de veículos a motor, com um total de 76.894 veículos, sendo 29.745 para carga; a maior área agrícola ocupada, totalizando 4.502,282 *ha*, e a segunda maior população brasileira, com 7.305, 407 habitantes¹.

Os pioneiros desse processo não foram somente paulistas, mas também mineiros, nordestinos, além da variada mão-de-obra imigrante. Desse modo, enormes contingentes populacionais se lançaram em busca de trabalho nas novas terras, entrando em contato diário com um meio natural para muitos desconhecido, mas que já imediatamente era compreendido como uma barreira que precisava ser transposta, para a materialização dos sonhos de desenvolvimento, riqueza e modernidade que marcaram o início do século XX.

Entretanto, a proeminência das idéias que enalteciam o avanço pioneiro e o domínio da natureza pelo homem, como formas de expressão máxima do progresso, durante a expansão agrícola, nas últimas décadas do século XIX, não impediram a formação do seu contrário. Frente à conquista do mundo natural paulista pelo homem, emergiram discursos que seguiam um caminho oposto ao usual, destacando não as glórias da expansão econômica sobre o sertão, mas sim as conseqüências destrutivas desse processo sobre a natureza. Também a violência e o desprezo que fundamentaram os contatos entre homens e animais, nessas décadas de desbravamento do território, não ficaram imunes ao ataque e à crítica de muitos observadores contemporâneos desse momento da história de São Paulo.

A melhor compreensão desses discursos, que apontavam para as contradições do progresso econômico e de suas conseqüências ecológicas, contribui para elucidar a diversidade de imagens construídas pelo homem sobre a natureza, que se transformava rapidamente na medida em que grandes levas populacionais se espalhavam por todo o território paulista. Nesse sentido, dois exemplos – um primeiro, contra a destruição das florestas e, em seguida, uma crítica à caça indiscriminada praticada no Brasil - podem ser apontados como elucidativos da presença desses outros olhares sobre o mundo natural.

As discussões sobre a falta de madeira no Brasil, ponto inicial para as discussões sobre a destruição florestal no país, remontam, a pelo menos, o século XVIII, quando a coroa portuguesa já tentava controlar a devastação por meio de leis e decretos régios, na maioria das vezes, simplesmente desprezados por todos (DEAN, 2000; PÁDUA, 2002). No estado de São Paulo, apesar da economia canavieira do século XVIII também ter oferecido uma pressão

¹ Dados coletados em: Anuário Estatístico do IBGE. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1908; Anuário Estatístico do IBGE. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1938; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatística do século XX*. In: IBGE. Base de dados disponível em <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso entre fevereiro e julho de 2005; Anuário Estatístico de São Paulo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1924.

importante sobre as matas, foi o desenvolvimento da cafeicultura que impulsionou a grande destruição das áreas florestais, tanto nas áreas próximas à capital quanto no interior (DEAN, 2000). A falta de combustível e de madeira tornou-se um problema amplamente discutido em São Paulo desde as décadas finais do século XIX, e deu origem a posicionamentos bastante ostensivos contra a destruição das áreas intocadas que resistiam no estado, apesar do avanço econômico.

A pressão que a economia cafeeira exerceu sobre os recursos florestais foi direta, uma vez que a cobertura vegetal, após a queimada, foi o adubo principal que alimentou os milhões de pés de café que, cada vez mais, se espalhavam por todo o estado. Por outro lado, o desenvolvimento populacional e urbano que se seguiu ao surto cafeeiro aumentou a demanda pelos recursos da floresta, principalmente madeira para a carpintaria e marcenaria, além de lenha para combustível. Também a implantação e o constante crescimento da malha ferroviária paulista trouxeram a necessidade de milhares de dormentes, além de grande parte das locomotivas serem alimentadas com carvão vegetal, ou mesmo diretamente com madeira (DEAN, 2000).

O resultado principal de tantas transformações para o mundo natural - a devastação das florestas - começou a não passar despercebido aos olhos de determinados setores das camadas médias urbanas ou ainda dos grupos ligados direta ou indiretamente ao conhecimento científico. Vários textos publicados em jornais e revistas apontam para a formação de uma oposição à rápida destruição das florestas, e principalmente do seu principal algoz: a queimada, base fundamental da produção agrícola cafeeira.

Em 1913, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, o sócio Antonio Raposo de Almeida (1913) já registrava, com bastante pesar, a destruição florestal na região de Campos do Jordão, que teria desencadeado o desequilíbrio da biota local. O autor afirma, com certo saudosismo, que conheceu “os Campos sem uma cobra, sem ervas venenosas, sem carrapatos, sem qualquer insecto, e nas águas sem qualquer vida animal” (p. 221). Entretanto, a mudança da realidade ecológica da cidade que, no final do século XIX, era um dos destinos mais requisitados pelos amantes dos poderes curativos das estações hidrominerais, já havia se dado na visão de Almeida “hoje, com a devastação e a queima das matas ao redor, e a destruição dos pinheirais e diminuição de suas ubérrimas exalações, essas excelentes circunstâncias diminuiram muito” (p. 221). Alguns anos mais tarde, também na revista do Instituto paulista, o historiador Pedro Dias de Campos chamava a atenção das autoridades estaduais para a situação de degradação ambiental no morro do Jaraguá, nas circunvizinhanças da cidade de São Paulo. Criticando principalmente os

proprietários locais de terras, Campos elaborou uma eloqüente defesa da mata que outrora existiu no local, opondo-a ao panorama atual de desflorestamento observado nas encostas dos morros.

Há apenas dez annos que a inextricável floresta virgem, foi, pouco a pouco, criminosamente arrasada, sendo as primorosas essências florestaes, reduzidas ao negro carvão, combustível preferido nas lareiras improvisadas da extranja aventureira. As árvores formosas, cujas ramagens em comas ondulantes e floridas perfumavam o ambiente – davam a visão de um cômodo coberto de verde tapete. Essa belleza natural já não existe. A ganância pelo lucro, reduzido a mysterioso pico e suas encostas, em um monte desnudo, pardacento e triste. A alegre e verdejante elevação, despida agora do seu ornamento natural, faz lembrar um amontoado de escombros reunidos naquelle ponto.

Quem o avistar hoje, negrejando entre a sua auréola de nuvens brancas, acreditará tratar-se de um monte rochoso, onde nunca existiu a vida vegetal. Há apenas um descenio que elle a esse estado foi reduzido, pela mão impiedosa de proprietários interesseiros (CAMPOS, 1929, p. 61).

Além dos discursos contrários à destruição florestal, como o citado acima, vale ressaltar, como outro exemplo de crítica ambiental na esfera intelectual paulista, também os debates em torno da proteção dos animais encontraram um terreno fértil para o seu desenvolvimento, principalmente no final do século XIX, quando começam a se fortalecer movimentos organizados e com força para exigir mudanças na Europa e nos Estados Unidos. É desse período que remontam várias das primeiras leis aprovadas com o objetivo de proteger áreas ricas em diversidade ambiental. Em especial, nas colônias inglesas na África, onde se aprovou o primeiro acordo ambiental do mundo, em 1900, assinado principalmente por países que estavam envolvidos na corrida neocolonial no continente (MACCORMICK, 1992).

Um dos movimentos precursores de defesa dos animais foi liderado pelos ornitólogos. Desde 1868, vários desses especialistas, principalmente alemães, já tentavam iniciar ações contra a destruição das aves, afirmando a importância delas na manutenção das florestas e no controle das pragas. Em 1902, por exemplo, uma convenção de proteção aos pássaros foi assinada por 12 países europeus, fortalecendo outros movimentos do mesmo gênero por toda a Europa (MACCORMICK, 1992).

A luta pela proteção dos pássaros teve, no Brasil, um importante representante: o zoólogo alemão Hermann Von Ihering, diretor do Museu Paulista entre 1894 e 1916, e sócio do IHGSP. Formado em medicina e ciências naturais, Ihering certamente foi influenciado pela tradição ambiental alemã, respeitada mundialmente na área de manejo florestal. Chegou ao Brasil para fazer parte da Comissão Geográfica e Geológica do Estado, até assumir, em 1894, a direção do recém fundado Museu Paulista (BREFE, 2005).

A História de Von Ihering no Brasil começou a se complicar depois da publicação de um artigo na própria revista do Museu, em 1908, defendendo o extermínio dos índios kaingangs, que no momento demonstravam uma resistência ao processo de expansão econômica rumo ao interior (GAGLIARDI, 1989). As idéias expostas por Ihering acabaram enfraquecendo sua posição no cenário intelectual paulista, levando-o a abandonar o cargo de diretor do museu em 1916, em meio a críticas que chegaram a acusações pessoais de má conduta administrativa.

Um traço interessante que se observa, durante o período de atividade intelectual de Ihering no Brasil, é o contraste entre suas posições pouco humanitárias em relação aos índios kaingangs, de um lado, e, de outro, o zelo com que defendia o mundo natural no geral, e os pássaros em particular; contradição esta que deve ser compreendida, também, a partir da lógica das teorias raciais e de sua influência sobre a intelectualidade no final do século XIX. Entretanto, nos trabalhos publicados nas revistas do Museu Paulista e do IHGSP, Ihering demonstrou, afora seus debates em torno das questões raciais brasileiras, uma compreensão bastante apurada sobre as relações ecológicas e a necessidade de preservação da natureza.

Em 1900, o diretor do Museu Paulista defendeu veementemente a urgência de se criar novas leis de proteção à caça e às aves, além da necessidade de aumentar a fiscalização sobre a caça no estado de S. Paulo. Destacando a importância das aves para o equilíbrio natural, principalmente no que se refere à diminuição das pragas e à polinização das plantas, Von Ihering culpa principalmente as “constantes queimadas dos campos [...] e as derrubadas das mattas e capoeiras” (IHERING, 1900, p. 242) como responsáveis pela diminuição e destruição de espécies de aves. Além disso, a caça, devido ao lucro muito pequeno, não justificaria o estrago “Está provado assim, que esta caça insignificante, se não der prejuízo, não poderá dar lucro” (p. 242), e a própria moda européia, que “Desde que [...] deu preferência às aves, as casas de confecção e modas consomem quantidade colossal de plumagens” (p.246), contribuíram, segundo Ihering, de forma significativa para perseguição às aves.

Além disso, após apresentar os exemplos de leis adotadas na Europa e nos Estados Unidos contra a caça das aves, enumerando e analisando especificamente cada uma das legislações apontada por ele, Ihering recomenda como única medida capaz de diminuir a caça desenfreada e criminosa “uma medida radical, usada em circunstancias análogas nos países europeus – a supressão da caça por certo numero de annos” (p. 260).

Alguns anos mais tarde, em um artigo intitulado “Protecção ás Aves”, Von Ihering continua suas críticas à destruição do mundo natural. Culpa principalmente “a ganância do

homem” que “já causou estragos imensos, extinguindo numerosas espécies de animais e plantas, e entre elas muitas de valor econômico” (IHERING, 1910, p. 316). Este trecho em especial mostra a sua propensão à defesa de uma exploração racional do meio ambiente, que poderia, se bem administrada, oferecer riquezas imensas ao país. Como afirmou em 1900, a proteção da natureza era uma questão de patriotismo, pois o objetivo final era o engrandecimento econômico do Brasil.

Procurei quanto possível de excluir considerações estheticas e sentimentaes, salientando apenas as consequências fataes da desenfreada destruição da vida animal para o clima e a produção, mas não posso deixar de pronunciar a opinião, que só a brutalidade e a estupidez podem ficar indiferentes perante a insensata devastação da rica natureza do país. O amor do solo com as suas produções vegetaes e animais é um dos fundamentos mais sólidos do sincero patriotismo (IHERING, 1900, p. 258).

A visão sobre o mundo natural que Hermann Von Ihering, assim como a crítica à destruição das florestas feita pelos agremiados Antonio Raposo de Almeida e Pedro Dias de Campos demonstra, de forma preliminar, o quanto o tema pode ser explorado por futuros pesquisadores, revelando discursos que se posicionavam contrários à exploração desmedida da natureza. Encontra-se portanto, na observação atenta dessas vozes dissonantes, ecos de outras sensibilidades referentes ao mundo natural, em um período marcado não somente pela crença no desenvolvimento econômico indiscriminado como chave para a construção da riqueza nacional, como também pela pouca atenção dispensada aos custos que tal crença delegaria às gerações futuras.

Fontes:

A História de São Paulo é... In: Revista do IHGSP, volume I: São Paulo, 1895

ALMEIDA, Antonio Raposo de. *Os campos do Jordão na história e na Lenda*. In: Revista do IHGSP, v. XVIII, 1913.

CAMPOS, Pedro Dias de. *As minas de ouro do Jaraguá*. In: Revista do IHGSP, v. XXVII, 1929.

IHERING, Hermann Von. *Protecção ás aves*. In: Revista do Museu Paulista, v. IX, 1910.

_____. *Necessidade de uma lei federal de caça e protecção das aves*. In: Revista do Museu Paulista, v. V, 1900.

Bibliografia:

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. *O Museu Paulista – Affonso de Taunay e a memória nacional (1917-1945)*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

CAMPOS, Raquel Discini. *Mulheres e crianças na imprensa paulista: educação e história*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Trad. Cid. Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2002.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Brasília: UNB, 1963.

GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: Hucitec, Edusp, Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, 1989.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, 1988.

MACCORMICH, John. *Rumo ao Paraíso – a história do Movimento Ambientalista*. Trad. Marco Antonio da rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1992.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, CNPQ, 1990.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição – pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.